



PROVA 2016.1

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas 30 questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 30 questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorridas 2 (duas) horas do início da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 1º de julho de 2016, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 4 de julho de 2016, às 12 horas, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

BOA PROVA!

Blumenau, 1º de julho de 2016.



DIREITO CONSTITUCIONAL

01) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Conforme a CF/88 é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- b) É livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, dependentemente de autorização concedida por autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

02) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, Senadores e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
- b) É correto afirmar que a Constituição Federal, no capítulo relativo aos Direitos Políticos, não prevê a inelegibilidade por questão de exercício de cargo executivo, estabelecendo restrições apenas decorrentes da prática de improbidade administrativa.
- c) O domicílio eleitoral, presente no art. 14 da CF/88, significa que o eleitor só poderá ter o título de eleitor na localidade em que tiver domicílio civil.
- d) A inelegibilidade por parentesco significa que os parentes, consangüíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção, de ocupantes de cargos executivos ficam impedidos de concorrer a quaisquer cargos no território da jurisdição do titular.

03) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo estão relacionadas a instituições do estado e a estrutura de definição dos direitos fundamentais, dependendo de edição de legislação regulamentadora ou atos posteriores para ter ampliação de sua eficácia.
- b) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático estão relacionadas aos direitos sociais e econômicos e necessitam de edição de emendas constitucionais posteriores que venham a restringir sua eficácia para que possam produzir efeitos.
- c) Uma das características das normas constitucionais é a abertura, significando que o texto da constituição possui várias cláusulas gerais, que indicam qual o sentido correto da norma constitucional para cada caso concreto de sua aplicação.
- d) As normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata são normas que nascem com eficácia plena e permitem que uma legislação infraconstitucional posterior venha a regular e restringir sua eficácia.

04) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Cláusulas Pétreas são limites a atuação do poder constituinte derivado, estando presentes nas limitações formais e circunstâncias e vinculam o trabalho do poder de revisão da Constituição no sentido de estabelecer quais assuntos poderão ser alterados por este poder.
- b) As limitações materiais implícitas são limites a atuação do poder constituinte derivado criando um rol de matérias que vinculam a edição de leis infraconstitucionais e estabelecem



orientações expressas a atuação estatal, somente podendo ser suprimida por meio de emendas constitucionais previstas no texto do art. 60 da CF/88.

c) As limitações materiais implícitas são limites a atuação do poder constituinte derivado e determinam um rol expresso de assuntos que condicionam a elaboração de emendas a Constituição, criando um núcleo que só pode ser suprimido em situações de urgência ou por ratificação do poder constituinte originário.

d) As Cláusulas Pétreas são limites a atuação do poder constituinte derivado, tendo origem na criação do núcleo da Constituição pelo poder constituinte originário, e impedem que o poder derivado venha a retirá-las do texto constitucional, mas admitem emendas que não venham a esvaziar seu conteúdo.

05) Conforme o previsto pela Constituição Federal no tocante ao poder executivo é CORRETO afirmar:

a) A eleição do presidente e do vice permite que concorram brasileiros natos e naturalizados, filiados ou não a partidos políticos.

b) Em havendo vacância dos cargos de presidente e vice da república assume o cargo o presidente do congresso nacional.

c) Compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

d) Compete privativamente ao Presidente da República decretar e executar a intervenção federal ou municipal.

06) Sobre o controle de constitucionalidade assinale a alternativa CORRETA:

a) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade, não se admitirá desistência mas se admite a intervenção de terceiros.

b) Na tramitação da ADI, em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

c) A petição inicial em ADI indicará o dispositivo da lei ou do ato normativo impugnado e os fundamentos jurídicos do pedido em relação a cada uma das impugnações o pedido, com suas especificações, e as partes que serão ouvidas para demonstrar a veracidade dos fundamentos da tese de inconstitucionalidade.

d) A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex tunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia prospectiva.

07) Sobre Comissões Parlamentares de Inquérito é CORRETO afirmar que:

a) Somente podem ser criadas mediante requerimento de um terço dos membros do Congresso Nacional, aprovado pela respectiva Mesa, para promover a responsabilidade criminal dos infratores, no prazo de noventa dias.

b) Têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são criadas, nos termos da Constituição, podendo determinar a quebra do sigilo fiscal e do sigilo bancário.

c) Visam a apurar ilegalidades no âmbito do Parlamento, com o auxílio do Tribunal de Contas, desde que autorizada sua instalação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

d) Somente devem remeter suas conclusões ao Ministério Público se houver solicitação expressa do Chefe do Ministério Público, exclusivamente para promover a ação penal pública da qual, segundo a Constituição, é titular.

**08) Em relação a forma federativa de Estado assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A competência legislativa pode ser caracterizadas como aquela em que o ente federado edita normas primárias para atuar no sentido exercer atividade administrativa de cunho material.
- b) A forma federativa de estado é considerada como sendo uma cláusula pétrea, sendo este motivo que emenda constitucional que altere o rol de competências privativas para concorrentes é considerada como inconstitucional.
- c) Conforme a Constituição Federal de 1988, as competências municipais podem ser exercidas de maneira plena, tanto no intuito de suplementar a legislação federal, como no intuito de atuar no interesse local.
- d) Confirme previsto no texto constitucional o exercício da competência concorrente estabelece a União a possibilidade de edição de normas gerais e aos Estados-membros a possibilidade de suplementação, que pode ser transformar em competência plena no caso de inexistência da norma geral.

09) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As competências do Congresso Nacional previstas no art. 48 da CF/88, são expressões da competência legislativa da União.
- b) Ao regular a competência do Congresso Nacional, prevista no art. 49 da CF/88, temos que o tipos de atos do processo legislativo aptos a regular essas competências são o decreto legislativo e as resoluções.
- c) As competências previstas nos arts. 51 e 52 da CF/88 são de natureza privativa, sendo possível considerar que tanto a Câmara Federal como o Senado Federal podem delega-las um ao outro.
- d) No exercício de suas atribuições o Senado Federal poderá atuar tanto no exercício das competências legislativas da União como no exercício de competências legislativas estaduais, em razão de representar a vontade dos Estados-membros.

10) Em relação aos direitos fundamentais assinale a alternativa CORRETA:

- a) As ações afirmativas são medidas públicas ou privadas, de caráter coercitivo ou não, que visam a promover a igualdade formal, através da discriminação negativa de pessoas integrantes de grupos que estejam em situação desfavorável, e que sejam vítimas de discriminação ou estigma social.
- b) A características da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais serve para determinar que as relações de particulares os direitos fundamentais podem produzir efeitos, sendo esta vinculação um dos fundamentos para que os particulares sejam destinatários dos direitos fundamentais.
- c) No caso de colisão entre direitos fundamentais, deve o intérprete identificar o direito ou a garantia fundamental que pode sofrer maior violação, buscando proteger assim o direito fundamental mais fraco no caso concreto, aplicando assim a noção de ponderação no aspecto validade e peso.
- d) A jurisprudência do STF reconheceu que o direito de liberdade de expressão deve ser interpretado de forma extensiva, exceto nos casos em que cause violação a outros direitos de liberdade, sendo este o fundamento para que o discurso do ódio, anonimato e os gestos não sejam protegidos pela liberdade de expressão.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11) Com uma preocupação especial ao princípio do contraditório, o legislador estabeleceu uma regra geral no art. 10 do CPC: “Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.”

Sobre o princípio do contraditório, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O princípio do contraditório se confunde com o da ampla defesa, por trazerem previsões e consequências idênticas.
- b) A prescrição e a decadência somente poderão ser reconhecidas pelo magistrado após o contraditório, exceto quando se tratar de julgamento liminar pela improcedência do pedido.
- c) O juiz não poderá relativizar essa máxima quando decidir liminarmente nas tutelas provisórias de urgência.
- d) O juiz não poderá relativizar essa máxima nem nos casos em que, em ação monitória, for evidente o direito do autor, e expedirá mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.

12) Sobre o sistema de cooperação judiciária nacional previsto no CPC, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Pode ocorrer sem maiores formalidades.
- b) Os atos praticados não precisam, necessariamente, ser autuados.
- c) O pedido de cooperação judiciária pode ser realizado entre órgãos jurisdicionais de diferentes ramos do Poder Judiciário, desde que vinculados ao mesmo tribunal local.
- d) Esse sistema acaba com as hipóteses de cabimento das cartas precatória e de ordem.

13) Quanto à liquidação de sentença, à luz do NCPC é CORRETO afirmar:

- a) A liquidação constitui processo autônomo que se presta a apurar o valor devido, não se submetendo ao sincretismo processual, daí porque exigirá, ao final, a prolação de uma sentença, igualmente sujeita a recurso.
- b) Há duas espécies de liquidação: a liquidação por arbitramento e a liquidação pelo procedimento comum, a qual terá lugar quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- c) Na liquidação, excepcionalmente, será possível discutir de novo a lide, caso novos fundamentos sejam apresentados, desde que seja resguardado o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- d) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, deverá o credor primeiramente promover a liquidação desta para, tão somente depois, promover a execução de todo o valor devido, prestigiando-se, assim, a celeridade processual.

14) Em relação ao cumprimento da sentença, à luz do NCPC, é CORRETO afirmar:

- a) Apresentado o requerimento inicial (para instauração da fase de cumprimento da sentença), o devedor será, como regra geral, intimado na pessoa de seu advogado para efetuar o pagamento do débito respectivo, sob pena de multa; será intimado pessoalmente apenas quando não tiver advogado constituído nos autos.
- b) Apresentado o requerimento inicial (para instauração da fase de cumprimento da sentença) no prazo de até um ano do trânsito em julgado, o devedor será intimado na pessoa do seu



advogado; do contrário, será intimado pessoalmente.

c) No tocante ao foro, o cumprimento de sentença deverá se realizar, necessariamente, no juízo que decidiu o causa no primeiro grau de jurisdição, por se tratar de regra de competência absoluta.

d) Certificado o trânsito em julgado, a decisão judicial poderá ser levada a protesto, desde que o devedor não tenha satisfeito espontaneamente a obrigação no prazo de até 15 (quinze) dias após referido marco, dispensada qualquer notificação e/ou intimação a respeito.

15) Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) Das decisões monocráticas proferidas pelo relator o recurso cabível é a apelação.

b) O relator está autorizado a proferir decisões monocráticas somente nas hipóteses do art. 932, incisos III a V, do CPC.

c) O recorrente poderá a qualquer tempo, com a anuência do recorrido desistir do recurso.

d) A não comprovação, no ato de interposição de qualquer recurso, do comprovante do preparo importa na necessidade de intimação para que proceda o recolhimento em dobro do valor necessário.

16) Das alternativas abaixo, assinale a INCORRETA:

a) Quando, na sentença o juiz, o juiz proferir decisão interlocutória que se enquadre nas hipóteses do art. 1.015, do CPC, o recurso cabível é Agravo de Instrumento.

b) Interposta a apelação o apelado será intimado para oferecer as contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

c) A apelação terá efeito suspensivo; todavia, além de outras hipóteses prevista em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação as sentenças mencionadas nos incisos I a VI, do § 1º, do art. 1012.

d) A exposição do fato e do direito é um dos requisitos formais da apelação.

17) Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) Além das hipóteses previstas nos incisos I a XIII, do art. 1.015, CPC, também caberá agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença.

b) Quando da interposição do agravo de instrumento, caso não existe no processo alguns dos documentos tidos como obrigatórios para a instrução do recurso, a declaração de inexistência deverá ser firmada por certidão do escrivão ou do chefe da secretaria.

c) Tratando-se de processo eletrônico, o não cumprimento da exigência que trata o § 2º, do art. 1.018, do CPC, importará em inadmissibilidade do recurso.

d) Na falta de cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício, comprometendo a admissibilidade do recurso, o relator está autorizado a não conhecê-lo.

18) As ações possessórias são dotadas, entre outras, das seguintes características:

a) Fungibilidade e congruência.

b) Simplicidade e caráter dúplice.

c) Objetividade e dialeticidade.

d) Fungibilidade e caráter dúplice.

19) O CPC/15 extinguiu os seguintes procedimentos:

a) Ação de depósito, ação de anulação e substituição de títulos ao portador, ação de nunciação de obra nova, ação de usucapião de terras particulares e vendas a crédito com reserva de domínio.

b) Ação de depósito, ação de anulação e substituição de títulos ao portador, ação de nunciação



de obra nova, ação de usucapião de terras particulares.

c) Ação de depósito, ação de anulação e substituição de títulos ao portador, ação de nunciação de obra nova, ação de usucapião de terras particulares, vendas a crédito com reserva de domínio e ação de dar contas.

d) Ação de depósito, ação de anulação e substituição de títulos ao portador, ação de nunciação de obra nova, ação de usucapião de terras particulares e vendas a crédito com reserva de domínio e ação de dissolução parcial da sociedade.

20) Cabe ação de prestação de contas, de acordo com a jurisprudência do STJ:

a) Nos casos de mútuo bancário e financiamento.

b) Nos casos de contrato de conta-corrente bancária.

c) Proposta por um condômino em face do condomínio.

d) Proposta após a aprovação das contas do síndico em assembleia condominial.

JUIZADOS ESPECIAIS

21) Em relação aos Juizados Especiais, assinale a opção CORRETA.

a) Os princípios enumerados no art. 2º da Lei nº 9.099/95 informam e sustentam todo o sistema que foi erigido e em razão de seu papel interpretativo e, impõem-se mesmo frente à lei.

b) O juízo arbitral não poderá ser instaurado no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, diante do conflito de competências.

c) O microsistema dos juizados especiais não tem autonomia em face da vigência do novo Código de Processo Civil brasileiro.

d) A competência dos juizados especiais deve verificar a presença da incidência do art. 3º da Lei nº 9.099/95, desconsiderando a questão da menor complexidade aferida pelo objeto da prova.

22) De acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Estaduais) os processos devem ser orientados pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Decorrem desses princípios as seguintes assertivas, EXCETO:

a) Os embargos declaratórios poderão ser interpostos de forma oral, ao contrário do que ocorre com outros recursos interpostos de forma escrita.

b) Não se reconhecerá a nulidade de qualquer outro ato processual se não houver efetivo prejuízo à parte.

c) Não são devidas custas processuais e demais despesas no primeiro grau de jurisdição, mesmo havendo a condenação do vencido ao pagamento das custas e honorários advocatícios em caso de litigância de má-fé.

d) Possibilidade de conciliação das partes independentemente de prévia apresentação do pedido, bastando o seu comparecimento.

23) Quanto ao regimento jurídico dos Juizados Especiais, assinale a opção INCORRETA:

a) No teto da competência, não deve estar incluída a multa fixada para o cumprimento de obrigação, que poderá exceder aos 40 (quarenta) salários mínimos.

b) Para a fixação do valor da causa em caso de litisconsórcio ativo, será considerado o valor individual pretendido para cada um dos litisconsortes.

c) As demandas regidas por procedimentos especiais, a rigor, não podem ser processadas nos juizados especiais, exceto as possessórias sobre imóveis, observando-se o valor de alçada.



d) A inobservância da regra de competência territorial gera vício relativo, que não poderá ser conhecido de ofício pelo magistrado, competindo à parte alegá-lo por meio da arguição adequada.

24) Considerando as disposições da Lei dos Juizados Especiais, é CORRETO afirmar:

- a) Podem demandar perante os juizados especiais cíveis, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os cessionários de direitos de pessoas jurídicas.
- b) O pedido, em regra, deve ser certo e determinado, mas a própria lei dos juizados especiais possibilita a formulação de pedido genérico, situação que deverá ser definida até o momento da prolação da sentença, vez que vedada, expressamente, que esta seja ilíquida.
- c) Das sentenças proferidas no âmbito dos juizados especiais, sejam de mérito ou homologatória das decisões proferidas por juiz leigo, caberá recurso inominado.
- d) A multa prevista de 10% para o cumprimento de sentença aplica-se nos juizados especiais, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ultrapasse o limite de alçada, sendo devido à fixação dos honorários advocatícios.

25) Demóclides propôs ação de despejo para uso próprio do imóvel perante o Juizado Especial Cível Estadual. Em termos de competência pertinente ao caso sob exame, afirma-se que:

- a) A presença do advogado é obrigatória para fixação da competência.
- b) A ação de despejo para uso próprio, em razão da matéria, pode ser julgada nos juizados especiais.
- c) O microsistema dos juizados especiais não julgam ações de despejo para uso próprio que ultrapassam a alçada de 40 salários mínimos.
- d) As ações de menor complexidade estão excluídas da competência dos juizados especiais.

26) A respeito dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão os juizados especiais, providos somente por juízes togados, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, em todas as hipóteses, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.
- b) Os Juizados Especiais Criminais estaduais são órgãos do Poder Judiciário, criados pela Lei Federal nº 9.099/95, com o intuito de agilizar os procedimentos penais de sua competência, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- c) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á, exclusivamente, pelos critérios da oralidade, formalidade, economia processual e celeridade.
- d) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei nº 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

27) No que tange à competência e aos atos processuais nos Juizados Especiais Criminais, é INCORRETO afirmar que:

- a) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- b) Nos Juizados Especiais Criminais, a não localização para citação pessoal, bem como a não formulação da denúncia, em razão da complexidade ou circunstâncias do caso, são causas de modificação da competência.
- c) É pacífica a jurisprudência de que, no caso de concurso de crimes, a pena considerada para fins de fixação da competência do Juizado Especial Criminal será o resultado da soma, no caso



de concurso material, ou a exasperação, na hipótese de concurso formal ou crime continuado, das penas máximas cominadas aos delitos.

d) Havendo necessidade da prática de atos processuais em outras comarcas, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

28) Concernente à fase preliminar dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa CORRETA:

a) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará inquérito policial e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

b) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença recorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

c) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

d) Não se admitirá a proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, restritiva de direito ou multa, por sentença definitiva.

29) Sobre o Procedimento Sumaríssimo, aponte a a alternativa INCORRETA:

a) Oferecida a denúncia ou queixa, será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, da qual também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados.

b) Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

c) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

d) Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão, os quais serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

30) Acerca da suspensão condicional do processo, nos termos da Lei nº 9.099/95, é INCORRETO inferir que:

a) Nos crimes em que a pena máxima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

b) Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições: reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo; proibição de frequentar determinados lugares; proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz, bem como comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

c) O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.



ESMESC

Escola Superior
da Magistratura
do Estado de
Santa Catarina

d) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano. Poderá ser revogada, a seu turno, se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.